

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CEAD – CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DE TURISMO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Patrícia Esther Caetano Guedes

**Planejamento e gestão pública: proposição de diretrizes teóricas para o Plano
Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro, MG, 2026-2029.**

Juiz de Fora

2026

Patrícia Esther Caetano Guedes

**Planejamento e gestão pública: proposição de diretrizes teóricas para o Plano
Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro, MG, 2026-2029**

Dissertação Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Curso de Pós-graduação da
Universidade Federal de Juiz de Fora como
requisito parcial à obtenção do título de
especialização em Gestão Pública de Turismo e
Desenvolvimento Regional.

Orientador: Anne Bastos Martins Rosa

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Guedes, Patrícia Esther Caetano.

Planejamento e gestão pública: proposição de diretrizes teóricas para o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro, MG, 2026-2029 / Patrícia Esther Caetano Guedes. -- 2026. 52 f. : il.

Orientadora: Anne Bastos Martins Rosa

Coorientador: Guilherme Augusto Pereira Malta

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional, 2026.

1. plano municipal de turismo. 2. planejamento turístico. 3. políticas públicas. 4. desenvolvimento local. 5. governança. I. Rosa, Anne Bastos Martins, orient. II. Malta, Guilherme Augusto Pereira, coorient. III. Título.

Patrícia Esther Caetano Guedes

Planejamento e gestão pública: proposição de diretrizes teóricas para o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro, MG, 2026-2029.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 28 de março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Professora Anne Bastos Martins Rosa - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Guilherme Augusto Pereira Malta
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho à minha amada cidade, Passa Quatro, meu lugar preferido no mundo — cenário das minhas melhores memórias. Que este estudo seja uma pequena contribuição para o crescimento ordenado e sustentável do turismo deste lugar tão especial, que tanto orgulho me inspira e que carrego comigo em cada passo da minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com todo o meu amor, aos meus pais, pessoas extraordinárias que sempre foram meu alicerce e meu maior exemplo de caráter, dedicação e amor incondicional. Nada do que conquistei seria possível sem o apoio constante, os ensinamentos e a confiança que sempre depositaram em mim.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e de profissão, expresso minha profunda gratidão por permanecerem ao meu lado, acreditando no meu esforço mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei. Obrigada pela paciência, pelo incentivo e por não desistirem de mim.

Ao meu namorado, Bruno Guimarães, agradeço pela admiração demonstrada diante do meu esforço em buscar conhecimento em tudo aquilo que me proponho a aprender. Seu apoio e reconhecimento são fonte constante de incentivo para que eu siga em frente com dedicação e perseverança.

Por fim, agradeço a Deus, fonte de força e esperança, por me sustentar nos desafios, iluminar meus caminhos e me conceder perseverança para chegar até aqui.

“Conhecer a paisagem é o primeiro passo para aprender a respeitá-la.” (Auguste de Saint-Hilaire, Itatiaia, 1974)

RESUMO

O trabalho intitulado “Planejamento e gestão pública do turismo no âmbito municipal: diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (PDTUR) de Passa Quatro (MG)” analisa o papel do planejamento turístico como instrumento de política pública voltado ao desenvolvimento local sustentável. O objetivo geral da pesquisa consiste em propor diretrizes teóricas capazes de fundamentar o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (PDTUR) de Passa Quatro para o período de 2026 a 2029, compreendendo o plano não apenas como documento técnico-operacional, mas como instrumento estratégico de gestão pública apoiado em bases conceituais sólidas. Especificamente, o estudo busca identificar e sistematizar eixos teóricos relacionados ao turismo, desenvolvimento local, planejamento turístico, governança e sustentabilidade, correlacionando esses referenciais às diferentes etapas do PDTUR do município. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O levantamento bibliográfico concentrou-se em autores e documentos que discutem planejamento turístico, políticas públicas, governança territorial e desenvolvimento sustentável, enquanto a pesquisa documental analisou o próprio PDTUR de Passa Quatro (2026–2029), bem como legislações e diretrizes institucionais relacionadas ao turismo. A análise dos dados foi realizada por meio de interpretação qualitativa de conteúdo, estabelecendo diálogo entre o referencial teórico e o documento analisado. Os resultados indicam que o plano municipal apresenta estrutura técnica consistente, contendo diagnóstico, programas, linhas de ação, cronograma e definição de responsabilidades, além de evidenciar alinhamento com políticas públicas estaduais e nacionais de turismo. Entretanto, identificou-se a ausência de explicitação sistemática de fundamentos teóricos que sustentem conceitualmente suas diretrizes. A partir dessa análise, o estudo propõe a incorporação de referenciais teóricos relacionados à abordagem sistêmica do turismo, ao planejamento estruturante, à governança participativa, ao desenvolvimento local endógeno e à sustentabilidade multidimensional. Conclui-se que a explicitação dessas bases conceituais fortalece o PDTUR como instrumento de política pública, ampliando sua legitimidade acadêmica e institucional e contribuindo para um planejamento turístico municipal mais integrado, participativo e orientado ao desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: planejamento turístico; políticas públicas; desenvolvimento local; governança; sustentabilidade.

ABSTRACT

This study analyzes tourism planning as a public policy instrument aimed at promoting sustainable local development at the municipal level. The main objective is to propose theoretical guidelines to support the Municipal Tourism Development Plan (PDTUR) of Passa Quatro, Minas Gerais, for the period 2026–2029, considering the plan not merely as a technical-operational document but as a strategic public management instrument grounded in solid conceptual foundations. Specifically, the research seeks to identify and systematize theoretical axes related to tourism, local development, tourism planning, governance, and sustainability, correlating these concepts with the different stages of the municipality's PDTUR. Methodologically, the study adopts a qualitative approach with exploratory and descriptive characteristics, based on bibliographic review and documentary analysis. The literature review focused on authors and documents addressing tourism planning, public policies, territorial governance, and sustainable development, while the documentary research examined the Municipal Tourism Development Plan of Passa Quatro (2026–2029), as well as institutional guidelines and legislation related to tourism policy. Data analysis was conducted through qualitative content interpretation, establishing a dialogue between the selected theoretical framework and the analyzed document. The results indicate that the municipal plan presents a consistent technical structure, including diagnosis, programs, lines of action, a schedule, and a responsibility matrix, and demonstrates alignment with state and national tourism policies. However, the analysis also reveals the absence of an explicit and systematic theoretical foundation supporting the plan's guidelines. Based on these findings, the study proposes the incorporation of theoretical references related to the systemic approach to tourism, structured tourism planning, participatory governance, endogenous local development, and multidimensional sustainability. The study concludes that the explicit articulation of these conceptual bases strengthens the PDTUR as a public policy instrument, enhancing its academic and institutional legitimacy and contributing to a more integrated, participatory, and territorially oriented tourism planning process.

Keywords: tourism planning; public policies; local development; governance; sustainability.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	11
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	Turismo e desenvolvimento local no contexto das Políticas Públicas Municipais	13
3.2	Planejamento Turístico Municipal como Instrumento Estruturante do PDTUR	15
3.3	Governança, Participação Social e Arranjos Institucionais no Planejamento Turístico Municipal	18
3.4	Sustentabilidade e Diretrizes para o Planejamento Turístico Municipal	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
4.1	Caracterização Geral sobre Passa Quatro	22
4.2	Histórico do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro	24
4.3	Diretrizes Teóricas para o PDTUR de Passa Quatro	28
4.4	Planejamento turístico como instrumento estruturante de política pública	28
4.5	Desenvolvimento local e endogeneidade como princípio orientador	32
4.6	Governança participativa e institucionalização da política pública	38
4.7	Sustentabilidade multidimensional como eixo transversal	37
4.8	Planejamento estratégico articulado em Plano-Programa-Projeto	41
4.9	Alinhamento às políticas estadual e nacional de turismo	41
5	CONCLUSÃO	42

1. INTRODUÇÃO

O turismo contemporâneo consolidou-se como um fenômeno social, econômico e cultural de elevada complexidade, capaz de influenciar dinâmicas territoriais, estruturas produtivas e processos de desenvolvimento local e regional. Apresenta reconhecida capacidade multiplicadora, uma vez que seus efeitos extrapolam o setor estritamente turístico, alcançando áreas como comércio, serviços, infraestrutura, cultura, meio ambiente e geração de emprego e renda (Lenz, 2011; Hanai e Espíndola, 2011; Coriolano, 2017). Essa característica confere ao turismo um potencial estratégico para políticas públicas.

Tal é o seu caráter híbrido, que exige planejamento público sistemático, integrado e participativo (Becker, 2002; Silva; Miranda, 2013) para que assim atinja um desenvolvimento sustentável, implicando no uso responsável dos recursos naturais e culturais, na valorização das comunidades locais e na distribuição equilibrada dos benefícios da atividade.

Nesse contexto, o planejamento turístico assume papel central enquanto instrumento ativo de processo dinâmico e orientado ao futuro, que permite transformar uma situação atual em uma situação futura desejada, a partir de definição clara de objetivos (FJP, 2021).

O Estado define prioridades, diretrizes, articula atores, estabelece metas e cria condições institucionais para o fomento da atividade turística, por meio do planejamento e das políticas públicas (Barretto, 1991; Binfare *et al.*, 2015).

No Brasil, as políticas públicas de turismo, especialmente a partir do final do século XX, passaram a adotar uma abordagem descentralizada, com ênfase na Política Nacional de Municipalização do Turismo (1994) e no Programa de Regionalização do Turismo (2004), atribuindo aos municípios maior protagonismo no planejamento, gestão e implementação das ações turísticas. Em Minas Gerais, essa diretriz se materializa de forma expressiva por meio das Instâncias de Governança Regional (IGR), que reforçam a necessidade de planejamento municipal estruturado e institucionalizado (Pimentel; Pimentel, 2019; Sette *et al.*, 2014).

A atividade turística exerce papel relevante no desenvolvimento econômico, especialmente em escala local, ao gerar empregos diretos e indiretos e dinamizar setores como comércio, serviços, hospedagem e alimentação (Beni, 2012; OMT, 2003). Para além de seus impactos econômicos imediatos, o turismo configura-se como política pública estratégica, capaz de promover desenvolvimento territorial quando orientado por planejamento integrado e ações coordenadas entre os diferentes níveis de governo (Dias, 2008; Brasil, 2018). Nessa perspectiva, trata-se de uma estratégia voltada à melhoria das condições de vida da população, ao fortalecimento da identidade local e à construção de capacidades institucionais, contribuindo

para o crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade no longo prazo (Dallabrida, 2015). Tal abordagem exige do poder público municipal ações planejadas, articuladas e compatíveis com as especificidades do território, em consonância com as diretrizes das políticas públicas de turismo em âmbito estadual e nacional.

Nesse cenário insere-se o município de Passa Quatro (MG), localizado no sul do estado de Minas Gerais, na região da Serra da Mantiqueira, e integrante da Instância de Governança Regional (IGR) Circuito Turístico das Águas. O município possui população estimada em aproximadamente 16 mil habitantes (IBGE, 2022), com território caracterizado por relevo montanhoso e clima ameno, além de significativa presença de áreas naturais preservadas. Essas características contribuíram historicamente para a consolidação do turismo como atividade relevante na dinâmica local (Minas Gerais, 2023). Passa Quatro destaca-se como destino turístico de natureza, clima e cultura, com atrativos associados ao ecoturismo, turismo de montanha, turismo cultural e eventos, além de expressivo patrimônio histórico e paisagístico.

Em consonância com esse contexto territorial e com a relevância assumida pelo turismo na dinâmica socioeconômica local, o município instituiu o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR), com vigência estabelecida para o período de janeiro de 2026 a dezembro de 2029. O documento foi elaborado ao longo do ano de 2025, sob coordenação da Diretoria de Turismo, alocada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Passa Quatro, em parceria com o COMTUR, IGR Águas, Diretoria de Eventos e Diretoria de Cultura. O processo de construção do plano envolveu reuniões e diagnósticos participativos, assegurando a participação de diferentes atores vinculados ao setor turístico. Trata-se de uma atualização/revisão do plano anteriormente vigente, incorporando novas diretrizes alinhadas às políticas estadual e nacional de turismo e às orientações do Programa de Regionalização do Turismo.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico configura-se como instrumento fundamental de orientação, organização e articulação das ações públicas no âmbito local, estabelecendo diretrizes, objetivos e estratégias que norteiam a atuação do poder público e dos demais atores envolvidos no desenvolvimento do turismo.

O PDTUR Passa Quatro constitui-se de trinta e uma páginas divididas entre uma caracterização geral do município, apresentação do mapa do município, diagnóstico turístico, objetivo, programas e linhas de ação, cronograma e matriz de responsabilidades, orçamento e fontes de financiamento, referências bibliográficas e ficha técnica. Apesar do item Referências Bibliográficas fazer menção a documentos do Ministério do Turismo, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da

Secretaria do Estado de Turismo de Minas Gerais, da Prefeitura de Passa Quatro, entre outros, bem como a uma obra acadêmico-científica de autoras reconhecidas - Doris Ruschmann e Karina Solha (2006) - é nítida a ausência de correlações teórico-práticas no documento. As informações, em cada etapa, são apresentadas de forma bastante técnica, e podendo ser aprimoradas a partir do embasamento teórico que possibilitará melhor entendimento, contextualização dos dados e conexão entre as etapas.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral propor diretrizes teóricas para a fundamentação do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029), compreendendo que o PDTUR não deve se limitar a um documento técnico-operacional, mas constituir-se como um instrumento estratégico de gestão pública ancorado em bases conceituais sólidas.

Como objetivos específicos, o estudo busca selecionar eixos centrais e conceitos que articulem a teoria entre turismo, desenvolvimento local, planejamento participativo, governança compartilhada e sustentabilidade; correlacionar esses conceitos às diferentes fases do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (PDTUR) de Passa Quatro.

O problema que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: quais diretrizes teóricas sobre Planejamento Turístico Municipal são adequadas para fundamentar o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (MG), à luz das políticas públicas contemporâneas de turismo?

O trabalho estrutura-se como uma pesquisa de fundamentação teórica, de natureza aplicada, desenvolvido no âmbito da Pós-Graduação em Gestão Pública em Turismo, e estabelece diálogo direto com a prática da gestão pública municipal, considerando a atuação da autora como Diretora de Turismo no Município de Passa Quatro. A proposta consiste em analisar e sustentar teoricamente as diretrizes, programas e linhas de ação do PDTUR de Passa Quatro, conferindo maior densidade conceitual e respaldo acadêmico ao instrumento já elaborado. Dessa forma, teoria e prática são compreendidas como dimensões indissociáveis do processo de gestão pública, reconhecendo-se que políticas públicas eficazes demandam tanto fundamentação científica consistente quanto aderência às especificidades e às dinâmicas do território.

Do ponto de vista metodológico, o estudo adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentando-se em pesquisa bibliográfica e documental. A revisão teórica apoia-se em autores clássicos e contemporâneos das áreas de planejamento turístico, políticas públicas, governança e desenvolvimento territorial, enquanto a pesquisa documental concentra-se na análise de legislações, diretrizes institucionais, documentos oficiais e do

próprio Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029). A interpretação dos dados é realizada por meio de análise qualitativa de conteúdo, estabelecendo diálogo entre o referencial teórico selecionado, os documentos analisados e o contexto institucional do município. Tal percurso metodológico permite fundamentar criticamente as diretrizes propostas, articulando conhecimento científico e realidade empírica na construção de um planejamento turístico municipal tecnicamente consistente e institucionalmente viável.

A estrutura do trabalho está organizada em cinco capítulos, articulados de forma progressiva e coerente com o referencial teórico adotado. O Capítulo 3 discute o turismo e o desenvolvimento local no contexto das políticas públicas municipais, estabelecendo as bases conceituais para a formulação da política pública de turismo. O Capítulo 2 aborda o planejamento turístico municipal como instrumento estruturante do PDTUR, apresentando seus fundamentos teóricos e sua aplicação na elaboração de planos municipais. O Capítulo 3 analisa a governança, a participação social e os arranjos institucionais no planejamento turístico municipal. O Capítulo 4 discute a sustentabilidade como princípio orientador das diretrizes do planejamento turístico. Por fim, o Capítulo 5 articula os referenciais teóricos apresentados com as diretrizes e linhas de ação do PDTUR de Passa Quatro (MG), evidenciando a aplicação prática dos conceitos discutidos ao longo do trabalho.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste Trabalho de Conclusão de Curso foram definidos de modo a garantir coerência com o problema de pesquisa, os objetivos propostos e o referencial teórico delineado.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. A abordagem qualitativa mostra-se adequada ao objetivo do estudo, uma vez que se busca compreender fenômenos relacionados ao planejamento turístico municipal, às políticas públicas de turismo e à organização do setor turístico local, aspectos sensíveis que exigem análise interpretativa e contextualizada.

Segundo Godoy (1995a; 1995b), a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador compreender a complexidade dos fenômenos sociais a partir da interação entre referenciais teóricos e evidências empíricas, em um processo de investigação. Nesse sentido, este estudo não se propõe a testar hipóteses, mas a aprofundar a compreensão teórica sobre o planejamento

turístico municipal, com foco no Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (PDTUR) do município de Passa Quatro (MG).

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é exploratória Gil (2019), por buscar maior familiaridade com o tema e sistematizar conceitos relacionados ao planejamento turístico e às políticas públicas, e descritiva Gil (2019), ao caracterizar o contexto institucional, normativo e territorial do turismo no município analisado.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo adota o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental como bases metodológicas centrais.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos acadêmicos que abordam planejamento turístico, políticas públicas, desenvolvimento local, turismo sustentável e gestão pública do turismo. O levantamento das fontes foi realizado por meio de bases de dados e mecanismos de busca acadêmicos, como Google Acadêmico, SciELO e repositórios institucionais de universidades, priorizando produções científicas com relevância temática e rigor metodológico. Os termos utilizados para a busca foram: Plano Municipal de Turismo, Planejamento turístico, Governança turística, Governança Territorial, Políticas públicas de turismo, Desenvolvimento Turístico Territorial, Sistema Nacional de Turismo, Plano Diretor e turismo. Esse procedimento permitiu a construção de um referencial teórico consistente, a fim de sustentar a análise e a discussão dos dados, conforme orienta Gil (2019).

A pesquisa documental entendida como aquela que possibilita compreender processos históricos, normativos e administrativos, sendo especialmente relevante em estudos voltados à gestão pública, Pimentel (2001), concentrou-se na análise do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (MG) – PDTUR 2026–2029.

Complementarmente, a experiência profissional da autora desta pesquisa, no campo do turismo e da gestão pública, constitui um elemento analítico relevante. Destaca-se que a autora atuou diretamente no processo de construção do Plano Diretor de Turismo de Passa Quatro (MG) – PDTUR 2026–2029, o que lhe conferiu acesso técnico e institucional aos documentos utilizados, bem como autorização formal para sua análise no âmbito desta pesquisa. Essa vivência contribui para a interpretação crítica dos documentos e da literatura, não como substituição do rigor científico, mas como suporte à compreensão contextual, técnica e institucional do objeto estudado.

Os materiais bibliográficos foram examinados de forma analítica, buscando identificar eixos centrais e conceitos teóricos sobre planejamento e gestão pública, que estão sistematizados nos Quadros 1 a 4, e atendem ao objetivo específico 1.

Posteriormente, após uma avaliação preliminar do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029), e o reconhecimento de cada uma das suas fases e composição, esses referenciais teóricos foram correlacionados ao documento, cumprindo assim o objetivo específico 2.

Em momento posterior, uma leitura mais aprofundada do PDTUR Passa Quatro foi exigida para que fosse realizada uma análise e indicação de possibilidades de aplicação dos eixos e conceitos teóricos ao PDTUR Passa Quatro, conforme apresentado nos Quadros 6 a 9, cumprido assim o objetivo específico 3

Ao fim deste percurso metodológico, o conjunto de procedimentos adotado permitiu identificar convergências, lacunas e potencialidades teórico-práticas, por meio da construção de uma proposta de sustentação teórica dos objetivos, das estratégias, dos programas e das linhas de ação do PDTUR de Passa Quatro, conferindo maior densidade conceitual e respaldo acadêmico ao instrumento já elaborado.

Esse procedimento metodológico assegura coerência com os objetivos do estudo e com a natureza qualitativa da pesquisa, além de atender às orientações acadêmicas para trabalhos de pós-graduação em Gestão Pública em Turismo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Turismo e Desenvolvimento Local no Contexto das Políticas Públicas Municipais

O turismo contemporâneo deve ser compreendido por meio de políticas públicas transversais e estratégicas para o desenvolvimento, considerando sua capacidade de articular dimensões econômicas, sociais, culturais e territoriais (Beni, 2019; Dias, 2008). Nas últimas décadas, a atividade turística deixou de ser interpretada apenas como fenômeno de entretenimento, passando a ocupar posição central na agenda governamental, especialmente em países que a reconhecem como vetor de desenvolvimento regional e local (OMT, 2003; Brasil, 2018). Nesse contexto, exige-se do Estado uma postura proativa na coordenação, no planejamento e no ordenamento do território, garantindo que o crescimento da atividade esteja alinhado aos princípios da sustentabilidade, da inclusão social e da governança pública (Dallabrida, 2015).

Segundo Vieira (2004), a formulação de políticas turísticas exige que o poder público atue não apenas como promotor, mas como indutor de um sistema complexo. Para melhor compreender em que tal complexidade se assenta, recorre-se à Análise Estrutural do Turismo,

proposta por Beni (2007), segundo a qual o Sistema de Turismo (SISTUR) organiza a atividade por meio de conjuntos e subconjuntos interdependentes, articulados em uma dinâmica de causa e efeito contínua. Nesse sistema, os elementos estruturais, operacionais e ambientais não atuam de forma isolada, mas se condicionam mutuamente, de modo que fragilidades ou desequilíbrios em um componente repercutem diretamente sobre os demais.

Nesse contexto, a política pública municipal exerce papel estruturante ao atuar como elemento articulador, promovendo a complementaridade entre os diferentes elementos e orientando o uso do território de forma planejada. Assim, o turismo deixa de se desenvolver de maneira desordenada e predatória, passando a integrar o planejamento urbano e rural do município, em consonância com os objetivos do desenvolvimento local.

A relevância do município como ente gestor deste sistema torna-se evidente quando se vê o turismo sob o prisma do desenvolvimento local. Coriolano (2003) e Senhoras e Cavalcante (2014) enfatizam que a eficácia das políticas públicas reside no seu potencial de gerar desenvolvimento endógeno, ou seja, aquele que nasce das capacidades, dos atores, das vocações e dos recursos da própria localidade. Para as autoras, o turismo só se consolida como agente de transformação social quando as políticas públicas priorizam a inclusão da comunidade receptora e a valorização da identidade cultural. O desenvolvimento endógeno opõe-se ao modelo exógeno — muitas vezes marcado por grandes empreendimentos estrangeiros que não deixam riqueza na região — ao propor que o protagonismo da atividade deve ser do morador e dos pequenos empreendedores locais.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (PDTUR) é um dos principais instrumentos de materialização dessas políticas. O PDTUR não é apenas um documento técnico, mas uma ferramenta estratégica de gestão que permite ao município diagnosticar sua realidade e traçar metas exequíveis. Conforme observa Vieira (2024), a existência de um plano estruturado é o que diferencia o crescimento espontâneo do desenvolvimento planejado. Além de sua função interna de ordenamento, o plano é um dos requisitos obrigatórios, entre outros, para que o município possa pleitear o repasse de recursos do ICMS Turismo (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O ICMS Turismo é um critério de repasse financeiro do imposto estadual de Minas Gerais que atua como incentivo ao fortalecimento da gestão turística municipal, estimulando a implementação de uma política pública de turismo estruturada e sustentável. Para que um município tenha direito ao repasse, ele deve comprovar anualmente a elaboração e a implementação de uma política municipal de turismo, possuir um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) constituído e em regular funcionamento, bem como contar com um Fundo

Municipal de Turismo (FUMTUR) instituído e em operação, conforme os critérios obrigatórios definidos pelo programa (ICMS Turismo, 2026). Esses requisitos visam assegurar que os municípios habilitados ao benefício mantenham uma gestão turística organizada e integrada, alinhada às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo - Portaria Ministerial nº. 01, de 30 de janeiro de 2026 (Brasil, 2026) e às políticas públicas estaduais para o desenvolvimento do setor (Minas Gerais, 2026).

Além disso, as políticas públicas de turismo no contexto municipal devem ser compreendidas dentro da cadeia causal de intervenção governamental. Conforme Vieira (2024), o desenho da política turística deve partir de um diagnóstico preciso para que as linhas de ação não sejam genéricas. O papel da prefeitura, portanto, é mediar os conflitos de interesse entre os diferentes atores do SISTUR, utilizando o PDTur como o guia que garante a eficiência administrativa e a sustentabilidade financeira através de mecanismos como o ICMS Turismo, transformando a atividade em um motor de diversificação econômica real.

Em suma, as bases conceituais para a formulação de políticas públicas municipais de turismo residem na integração entre o planejamento sistêmico, o desenvolvimento centrado no território e sem seus sujeitos e a conformidade com as diretrizes estaduais (vide Quadro 01). O município possui a vantagem da proximidade com o objeto de gestão, permitindo que a política pública seja mais assertiva ao valorizar as cadeias produtivas locais.

Quadro 1 - Bases conceituais para a formulação de políticas públicas municipais de turismo

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES
Política	Sistema de Turismo (SISTUR)	Beni (2007); Vieira (2024).
Desenvolvimento centrado no território	Desenvolvimento local; endogeneidade; capital social	Coriolano (2003); Senhoras e Cavalcante (2014)
Diretrizes estaduais de fomento	Políticas públicas de turismo; regionalização; ICMS Turismo	Brasil (2026) (2023); ICMS Turismo (2026)

Elaborado pela autora (2026).

3.2. Planejamento Turístico Municipal como Instrumento Estruturante do PDTUR

O planejamento configura-se como o alicerce indispensável que retira a gestão do turismo da esfera do amadorismo e do improviso político. No âmbito da administração pública, planejar significa antecipar cenários, racionalizar recursos escassos e definir caminhos que garantam a sustentabilidade da atividade no território. Segundo Ruschmann (1997) e Coriolano (2017), o planejamento turístico é um processo metodológico que visa ordenar o crescimento

da atividade para maximizar os benefícios socioeconômicos e mitigar, ou preferencialmente evitar, impactos ambientais e culturais negativos que costumam acompanhar o desenvolvimento espontâneo.

Na estruturação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (PDTUR), o planejamento atua como o instrumento central de estruturação. Ruschmann (1997) e Coriolano (2017) argumentam que sem um plano que oriente as ações do Estado demais atores, o destino turístico corre o risco de entrar em um ciclo de saturação e obsolescência precoce. Para Ruschmann (1997), o planejamento deve ser visto como uma ferramenta de controle, onde o gestor público utiliza diagnósticos técnicos para estabelecer a capacidade de carga dos atrativos e definir as tipologias de turismo que melhor se adaptam à vocação local. A aplicação desses fundamentos na estruturação de planos municipais exige uma visão de longo prazo, superando o imediatismo das gestões de curto mandato.

Aprofundando a dimensão técnica desse processo, Beni (2007) destaca que o planejamento deve ser fundamentado na compreensão das interrelações entre os diversos componentes do turismo. Um plano estruturante deve possuir autonomia técnica, mantendo-se em harmonia com as demais políticas setoriais, como a ambiental e a orçamentária municipal. Beni (2007) ressalta que o planejamento deve possuir um caráter flexível e dinâmico, permitindo ajustes constantes conforme as oscilações do mercado e as demandas da comunidade local. Na estruturação do PDTUR, essa visão sistêmica assegura que as metas de infraestrutura turística (como acessibilidade e sinalização) caminhem juntas com a qualificação da mão de obra e a promoção do destino, independentemente de outros marcos regulatórios territoriais que podem não contemplar a especificidade da cadeia turística.

No âmbito do desenvolvimento territorial e do turismo sustentável, o planejamento estrutura-se a partir de níveis articulados e complementares, nos quais o Plano assume caráter estratégico e de longo prazo, orientando diretrizes e objetivos gerais, o Programa organiza um conjunto de ações integradas voltadas ao médio prazo, e o Projeto representa a unidade operacional, com objetivos específicos, prazos e recursos definidos para a implementação das ações previstas (Oliveira; Camargo; Bueno, 2014).

A elaboração de um plano envolve etapas fundamentais como o diagnóstico da realidade local, a definição de objetivos e diretrizes, a formulação de estratégias, o desdobramento em programas e projetos e o monitoramento e avaliação contínuos, garantindo coerência entre planejamento e execução. Nesse processo, o planejamento participativo destaca-se como elemento central, pois promove a inclusão dos atores sociais e da comunidade local na tomada de decisões, fortalecendo a legitimidade das ações e contribuindo para resultados mais

sustentáveis e alinhados às necessidades do território (Holm, 2017). Conforme ressaltam Ferreira e Araújo (2024), a participação social no planejamento turístico amplia o engajamento coletivo, reduz conflitos e potencializa impactos positivos nas dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento local.

Além disso, a aplicação do planejamento na gestão pública municipal exige a tradução dos conceitos teóricos em diretrizes operacionais. Ruschmann (2008) enfatiza que o planejamento sustentável deve priorizar a qualidade em detrimento da quantidade. Isso significa que a estruturação do PDTUR deve focar na criação de produtos turísticos que agreguem valor e permitam uma permanência prolongada do visitante, gerando mais receita com menor pressão sobre os recursos locais. O plano torna-se estruturante quando deixa de ser uma peça meramente burocrática e se consolida como um cronograma de ações integradas, fundamentado na vocação específica do território e na viabilidade técnica das proposições.

A importância do PDTUR como instrumento estruturante reside também na sua capacidade de conferir segurança jurídica e previsibilidade ao setor privado e à gestão pública. Quando o município apresenta um planejamento claro, ele sinaliza as diretrizes para a conservação e o uso turístico dos espaços, permitindo que a atividade cresça de forma ordenada. Como aponta Vieira (2024), a estruturação técnica do plano é o que permite a continuidade da política pública, transformando o turismo em um projeto de Estado sustentável.

Assim, a correlação entre o rigor metodológico de Ruschmann e a visão integradora de Beni fundamenta a necessidade de um PDTUR que seja, ao mesmo tempo, um guia técnico rigoroso e um instrumento de governança focado na transformação territorial.

Em suma, a aplicação dos fundamentos teóricos (Vide Quadro 2) do planejamento na estruturação de Planos Municipais de Turismo é o que garante que o turismo contribua efetivamente para o desenvolvimento municipal. O PDTUR estruturante é aquele que harmoniza a proteção dos ativos locais com a competitividade do mercado, utilizando o planejamento como bússola para uma gestão pública eficiente e resiliente.

Quadro 2 - Conceitos teóricos para fundamentação de um plano

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES
Planejamento Turístico	Planejamento como instrumento estruturante e de controle do desenvolvimento turístico	Ruschmann (1997; 2008); Coriolano (2017)
Etapas do Planejamento	Diagnóstico, definição de objetivos, formulação de estratégias, implementação e monitoramento das ações	Oliveira; Camargo; Bueno (2014)

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES
Planejamento Estratégico e Sustentabilidade	Visão de longo prazo, qualidade em detrimento da quantidade e respeito à vocação local	Ruschmann (2008); Coriolano (2017); Vieira (2024)
Instrumentos e metodologia de Planejamento	Articulação entre Plano, Programa e Projeto e etapas do planejamento	Oliveira; Camargo; Bueno (2014)
Planejamento Participativo e governança	Participação social, legitimidade e previsibilidade institucional	Holm (2017); Ferreira; Araújo (2024)

Elaborado pela autora (2026).

3.3. Governança, Participação Social e Arranjos Institucionais no Planejamento Turístico Municipal

No contexto municipal, a governança do turismo deixa de ser apenas uma noção administrativa e torna-se condição essencial para a eficácia das políticas públicas de desenvolvimento territorial, especialmente no âmbito do turismo sustentável. Governança implica articular diferentes atores sociais, políticos e econômicos por meio de diálogo, negociação e cooperação institucional para alcançar objetivos comuns de desenvolvimento (Dos Santos, *et al.*, 2022). No planejamento turístico, isso se traduz na capacidade do município de coordenar interesses diversos — públicos e privados — em torno de uma visão compartilhada de futuro para o destino.

A governança institucionalizada manifesta-se em arranjos institucionais robustos, com destaque para os Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) e outros espaços deliberativos que promovem participação e coordenação entre atores locais. Estudos sobre gestão pública do turismo indicam que tais espaços, quando efetivamente estruturados, fortalecem a descentralização do poder, ampliam a transparência e contribuem para a legitimação dos processos decisórios no turismo (Endres; Pakman, 2019). Em contrapartida, um plano que emerge unicamente de gabinetes técnicos e que não integra esses arranjos carece de legitimidade social e corre maior risco de descontinuidade em mudanças de gestão.

Um aspecto central da governança turística é a participação social plural, que vai além da mera representação consultiva e busca a efetiva voz dos moradores, organizações comunitárias e demais *stakeholders* nos processos de decisão. A participação inclusiva permite que a comunidade local influencie diretamente quais atrativos serão valorizados e como os benefícios econômicos serão distribuídos, o que é condição para que o turismo deixe de ser exógeno e predatório e contribua para o fortalecimento da identidade cultural e da coesão social

(Feger, *et al.*, 2024). Embora existam canais oficiais de participação, nem todos os grupos impactados pelo turismo estão integrados de fato nas deliberações dos conselhos e fóruns municipais, o que representa um desafio para a governança efetiva (Feger *et al.*, 2024).

Além disso, os arranjos institucionais no nível municipal devem se articular com instâncias regionais de governança para otimizar recursos, ampliar a promoção turística e fortalecer a competitividade territorial. A atuação em rede, por meio de Instâncias de Governança Regional (IGRs), potencializa a captação de investimentos e a formulação de estratégias conjuntas, mas sua eficácia depende da solidez das estruturas internas de governança local.

A implementação prática desses princípios na elaboração do Plano Municipal de Turismo (PDTUR) envolve a promoção de oficinas participativas, audiências públicas e grupos de trabalho que integrem conhecimentos técnicos e saberes locais. Conforme argumentam Dallabrida (2015) e Endres e Pakman (2019), a governança participativa e os arranjos institucionais democráticos não constituem apenas exigências formais para a obtenção de incentivos como o ICMS Turismo; configuram-se como fundamentos éticos e operacionais para que o turismo contribua de forma sustentável para a geração de renda, a preservação cultural e a melhoria da qualidade de vida da população local.

Quadro 3 - Fundamentos da Governança no Planejamento Turístico Municipal

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES
Governança Territorial	Coordenação de atores públicos, privados e sociais por meio de cooperação institucional para o desenvolvimento territorial.	Dos Santos <i>et al.</i> (2022); Dallabrida (2015)
Arranjos Institucionais	Estruturas formais de deliberação e coordenação que garantem legitimidade e continuidade das políticas públicas.	Endres; Pakman (2019)
Participação Social Plural	Inclusão efetiva da comunidade e stakeholders nos processos decisórios, superando participação meramente formal.	Feger <i>et al.</i> (2024); Holm (2017)
Articulação Regional	Integração entre governança local e Instâncias de Governança Regional (IGRs) para ampliação da competitividade e captação de recursos.	Dallabrida (2015); SECULT-MG (2023)
Governança como Condição de Sustentabilidade	Participação e institucionalização como bases éticas e operacionais do desenvolvimento turístico sustentável.	Dallabrida (2015); Endres; Pakman (2019)

Elaborado pela autora (2026).

3.4. Sustentabilidade e Diretrizes para o Planejamento Turístico Municipal

A sustentabilidade consolidou-se como o paradigma central do planejamento turístico contemporâneo, transcendendo a visão puramente preservacionista para se tornar um critério de viabilidade econômica, social e institucional. No âmbito da gestão pública municipal, a sustentabilidade deve constituir-se como princípio transversal que orienta todas as etapas do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (PDTUR), desde o diagnóstico até o monitoramento das ações.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2003), o turismo sustentável refere-se ao modelo de desenvolvimento turístico que busca equilibrar o atendimento das demandas atuais dos visitantes e das comunidades receptoras com a preservação dos recursos necessários às gerações futuras. Nessa perspectiva, a atividade turística deve ser planejada de modo a garantir a proteção e o uso responsável dos recursos naturais, culturais e sociais ao longo do tempo. Tal entendimento desloca o foco do crescimento meramente quantitativo para uma gestão responsável dos recursos, indicando que o gestor público precisa considerar não apenas os resultados imediatos de uma temporada, mas também a manutenção e valorização dos ativos do município no longo prazo.

Para operacionalizar esse conceito, as diretrizes propostas pela OMT (2003) estabelecem que a atividade turística deve manter os processos ecológicos essenciais, conservar o patrimônio natural e proteger a biodiversidade. Contudo, a sustentabilidade no turismo não se restringe à dimensão ambiental. Ela exige o respeito à autenticidade sociocultural das comunidades receptoras, a valorização dos saberes locais e a promoção do entendimento intercultural. O planejamento sustentável atua, portanto, como uma bússola normativa que impede que o crescimento turístico degrade os próprios recursos que motivam o deslocamento dos visitantes.

A preocupação com a preservação da paisagem e dos recursos naturais, entretanto, não é recente. Já no século XIX, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire registrava, em suas viagens por Minas Gerais, a exuberância das montanhas, florestas e cursos d'água da região, ressaltando tanto sua riqueza quanto a necessidade de uso prudente dos recursos (Saint-Hilaire, 1975). Seus relatos demonstram que a paisagem sempre foi elemento estruturante da identidade territorial e da atratividade regional, reforçando que a sustentabilidade no planejamento turístico contemporâneo representa a continuidade de uma preocupação histórica com a conservação ambiental. Além disso, é importante destacar que a paisagem não se restringe aos seus aspectos naturais, sendo também permeada por elementos culturais e simbólicos, que expressam práticas

sociais, modos de vida e significados atribuídos pela população local, constituindo, assim, um componente fundamental na construção da identidade turística do município.

Nesse sentido, Sachs (2008) propõe uma concepção multidimensional do desenvolvimento sustentável, estruturada nas dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Tal abordagem amplia o debate ao reconhecer que a sustentabilidade depende da articulação equilibrada entre justiça social, eficiência econômica, prudência ecológica, organização territorial e valorização cultural. Aplicada ao PDTUR, essa perspectiva implica que o planejamento deve contemplar simultaneamente a geração de emprego digno, a viabilidade econômica da atividade, o uso racional dos recursos naturais, o ordenamento do território urbano e rural e a preservação da identidade local.

Complementarmente, Buarque (2008) enfatiza que o desenvolvimento sustentável no âmbito municipal exige planejamento estratégico orientado por capacidades locais, participação social e fortalecimento institucional. Para o autor, o desenvolvimento local sustentável não se resume à proteção ambiental, mas depende da construção de capital social, da coordenação entre atores e da consolidação de políticas públicas integradas. No contexto do planejamento turístico, essa perspectiva reforça que o PDTUR deve estar articulado às demais políticas municipais — como meio ambiente, cultura, infraestrutura e desenvolvimento econômico — garantindo coerência administrativa e continuidade institucional. A sustentabilidade, assim, deixa de ser apenas um princípio normativo e passa a ser um critério de governança e capacidade estatal.

A aplicação dessas diretrizes no planejamento municipal exige, ainda, a definição de limites claros para a exploração turística, frequentemente traduzidos no conceito técnico de capacidade de carga. Conforme Sachs (2008), o crescimento deve ser moderado pela prudência ecológica, o que implica estabelecer parâmetros para saneamento, gestão de resíduos, proteção de mananciais e ordenamento do uso do solo. Caso a infraestrutura pública não acompanhe o aumento do fluxo turístico, a atividade poderá gerar externalidades negativas que comprometem a qualidade de vida da população residente.

Além disso, a sustentabilidade econômica, conforme preconizado pela OMT (2003) e aprofundado por Buarque (2008), pressupõe que os benefícios financeiros da atividade sejam amplamente distribuídos e internalizados na economia local. Diretrizes voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, ao estímulo ao empreendedorismo comunitário e à valorização do fornecedor regional contribuem para evitar a evasão de divisas e aumentar a resiliência econômica do território. O poder público atua, nesse contexto, como articulador de arranjos produtivos locais e como indutor de políticas que promovam inclusão e equidade.

Desse modo, a sustentabilidade e as diretrizes orientadoras constituem o arcabouço ético e estratégico do PDTUR. Ao correlacionar os parâmetros operacionais da OMT, a abordagem multidimensional de Sachs e a perspectiva institucional do desenvolvimento local de Buarque, o planejamento turístico municipal adquire densidade teórica suficiente para transformar o turismo em instrumento efetivo de desenvolvimento territorial de longo prazo. A sustentabilidade deixa de ser um discurso retórico e consolida-se como método de gestão pública, assegurando que o patrimônio natural, cultural e social do presente permaneça como base de prosperidade para as gerações futuras.

Quadro 4 - Fundamentos teóricos da sustentabilidade no planejamento turístico municipal

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES
Sustentabilidade no Turismo	Atendimento às necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras; equilíbrio entre proteção ambiental, viabilidade econômica e respeito sociocultural	OMT (2003)
Sustentabilidade Multidimensional	Integração das dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural do desenvolvimento	Sachs (2008)
Desenvolvimento Local Sustentável	Planejamento estratégico orientado por capacidades locais, participação social e fortalecimento institucional	Buarque (2008)
Prudência Ecológica e Capacidade de Carga	Crescimento moderado por limites ambientais e infraestrutura adequada	Sachs (2008)
Sustentabilidade Econômica e Distribuição de Benefícios	Retenção de renda no território e fortalecimento das cadeias produtivas locais	OMT (2003); Buarque (2008)
Paisagem, Natureza e Identidade Territorial	Valorização da paisagem natural como elemento estruturante da identidade regional e necessidade de uso prudente dos recursos naturais	Auguste de Saint-Hilaire (1975)

Elaborado pela autora (2026).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Caracterização geral sobre Passa Quatro

Passa Quatro localiza-se no Sul de Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira, com população estimada em cerca de 16 mil habitantes, conforme dados do IBGE (2022). O município possui altitude média de 915 metros e clima tropical de altitude, características que

favorecem a prática do turismo de natureza. Faz divisa com Itamonte, Itanhandu, Pouso Alto, Virgínia e Cruzeiro, no estado de São Paulo, consolidando sua posição estratégica regional.

Sua economia baseia-se predominantemente no setor de serviços, comércio, administração pública e agricultura familiar, sendo o turismo vetor estratégico de desenvolvimento local.

Destaca-se por seu patrimônio natural, sendo porta de entrada para a Floresta Nacional de Passa Quatro e para a Travessia da Serra Fina, além de integrar o roteiro da Estrada Real, preservando identidade cultural associada à ferrovia e à arquitetura histórica local.

Passa Quatro, associada a IGR Águas, conta com Secretaria Municipal de Turismo, Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), o que evidencia a institucionalização da política pública apontada como essencial por Dallabrida (2015).

Atualmente faz parte da Instância de Governança Regional Águas, em conformidade com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do Ministério do Turismo e do Mapa do Turismo Brasileiro. Passa Quatro é classificado como Município Turístico, categoria destinada a localidades com maior concentração de atrativos e fluxo de visitantes (Brasil, 2023).

Figura 1: Mapa das cidades associadas à IGR Águas



Fonte: Instância de Governança Regional Águas

A entrada e permanência de um município no Mapa se faz mediante o atendimento a alguns critérios determinados pela Portaria nº 1, de 30 de janeiro de 2026 (Brasil, 2023) que em seu artigo 18 estabelece a criação de um planejamento estratégico para o turismo municipal, entre outros.

4.2. Histórico do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro

A elaboração do PDTUR 2026–2029 constituiu-se como processo de continuidade institucional do planejamento turístico municipal, sucedendo o plano 2015–2017 e sendo atualizado pela Prefeitura Municipal de Passa Quatro, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo¹, em parceria com a IGR Águas — instância de governança regional à qual o município estava vinculado no período de elaboração do documento — (Passa Quatro, 2025).

A metodologia adotada seguiu as diretrizes da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais e manteve alinhamento com o Ministério do Turismo, especialmente com o Plano Nacional de Turismo 2024–2027 (Brasil, 2023), quanto à proposta de regionalização, descentralização e participação.

A construção do plano foi pautada por modelo de gestão participativa, em estreita colaboração com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), reunindo representantes dos segmentos de hospedagem, alimentos e bebidas, guias de turismo e artesãos, além do Sindicato Rural, membros da Floresta Nacional de Passa Quatro, Associação Comercial e Industrial e representantes do Poder Legislativo. Internamente, o planejamento foi articulado às diretrizes do plano de governo municipal da gestão vigente, integrando as ações da Secretaria de Cultura e Turismo (atual título da pasta) às Diretorias de Turismo, de Eventos e de Cultura, evidenciando a aplicação prática dos fundamentos de governança territorial e participação social, discutidos por Coriolano (2003) e Dallabrida (2015).

O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico estabelece como diretriz central a consolidação da atividade turística como vetor de desenvolvimento local. Nesse sentido, define como objetivo geral “estruturar e promover o turismo sustentável de Passa Quatro, integrando o município à estratégia regional da IGR Águas, com base na valorização do patrimônio natural, histórico e cultural, no fortalecimento da governança local e no desenvolvimento socioeconômico” (PDTUR Passa Quatro; 2026-2029).

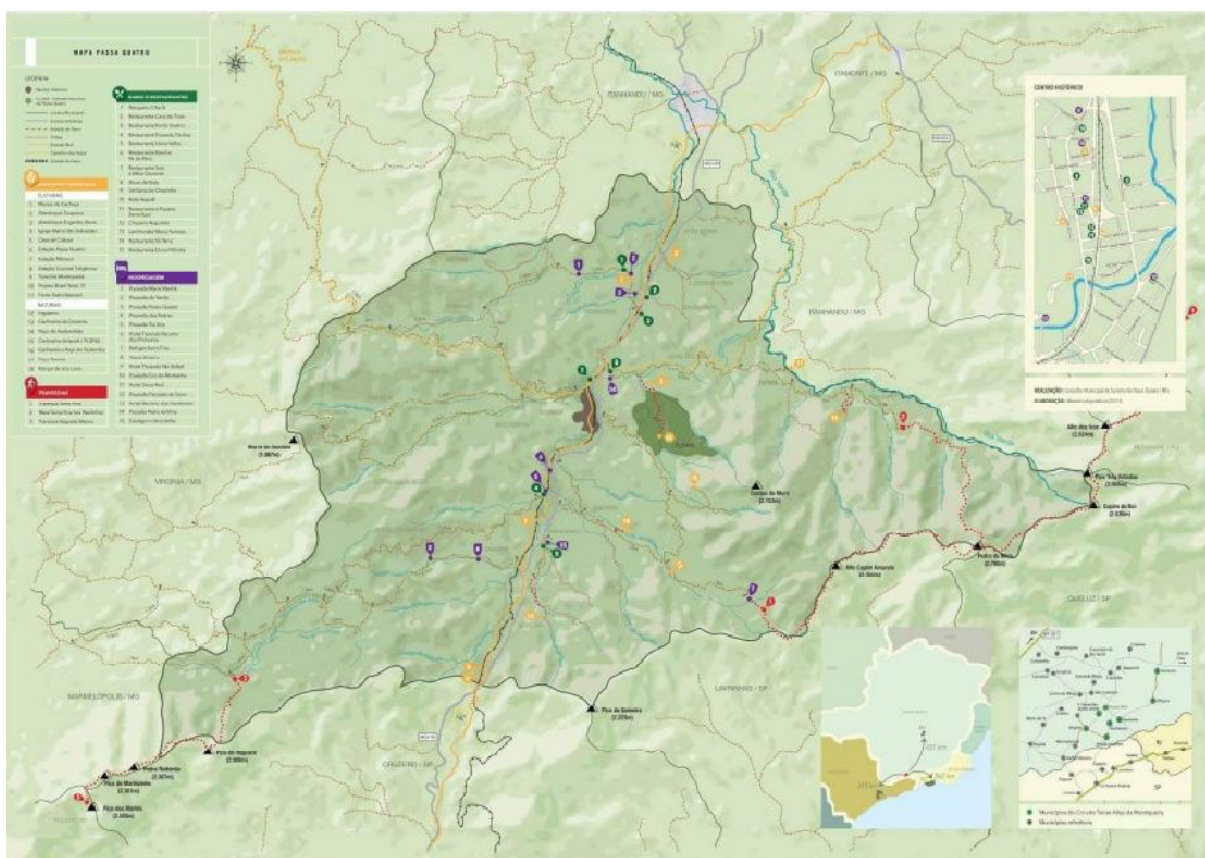
¹ À época denominada Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

A partir desse direcionamento, o plano estabelece metas voltadas à estruturação da oferta turística, qualificação dos serviços, fortalecimento da governança e ampliação das estratégias de promoção do destino.

Estruturalmente, o documento organiza-se em seções que contemplam:

- Apresentação do plano, assinado pela Prefeitura Municipal de Passa Quatro, através da sua Secretaria de Cultura e Turismo, com indicação de um processo participativo compartilhado entre poder público, iniciativa privada e comunidade, e em conformidade com as diretrizes estaduais e federais;
- A caracterização geral do município: os dados socioeconômicos, de infraestrutura e sobre serviços e atrativos são apresentados tecnicamente, mas não contam com uma análise que os qualifiquem ou os contextualizem;
- A cartografia temática constitui-se de um mapa do município com indicação de localização de restaurantes, hospedagens e atrativos turísticos. O mapa foi elaborado pelo COMTUR, em 2013.

Figura 2: Mapa Cartográfico de Passa Quatro



Fonte: Plano Municipal de Turismo de Passa Quatro

- A elaboração do diagnóstico considerou ferramentas de planejamento estratégico, como a análise de ambiente interno e externo, que evidenciou, entre as forças, a riqueza de atrativos naturais e o patrimônio cultural preservado do município, além da existência de uma rede consolidada de hospedagem e gastronomia voltada ao turismo de natureza. Por outro lado, destacam-se como fraquezas a precariedade do transporte interno e os acessos deficientes a alguns atrativos naturais, bem como a ausência de monitoramento sistemático da demanda turística. No ambiente externo, foram identificadas oportunidades relacionadas à localização estratégica no eixo Rio–São Paulo e ao crescimento do turismo de natureza e do cicloturismo. Em contrapartida, surgem ameaças como a concorrência de destinos turísticos consolidados da região e os riscos de degradação ambiental decorrentes do uso desordenado de trilhas e cachoeiras;

- Definição de programas, entendidos como macroestratégias, e suas respectivas linhas de ação, entendidas como estratégias. Sendo assim, o planejamento estratégico foi organizado em 5 programas estruturantes voltados, de modo geral, à (i) Infraestrutura e qualificação do destino, (ii) Promoção e posicionamento de mercado, (iii) Governança, regularização e fomento, (iv) Sustentabilidade, monitoramento e inovação e (v) Eventos. Cada programa desdobra-se em objetivos específicos e projetos operacionais, tais como capacitações técnicas, melhoria da sinalização e infraestrutura de apoio, ações de marketing digital, fortalecimento do COMTUR e do FUMTUR, e iniciativas de preservação ambiental.

- A definição de cronograma e matriz de responsabilidade, com indicativo de período de execução, responsável, parceiros e prevendo fontes de recursos, como FUMTUR, recursos próprios e parcerias privadas.

- A apresentação do orçamento e fontes de financiamento, com recursos oriundos do orçamento municipal próprio (Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual), do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), do ICMS Turismo do Estado de Minas Gerais, além da possibilidade de captação por meio de convênios estaduais e federais, em especial junto ao Ministério do Turismo e à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. O repasse está condicionado ao cumprimento de critérios técnicos estabelecidos pela legislação estadual, que exigem plano vigente, conselho ativo e funcionamento regular das instâncias de governança (Minas Gerais, 2023).

Considerando as orientações do Ministério do Turismo (Brasil, 2022), em relação as etapas para a elaboração de um Plano Diretor de Turismo (Figura 1), percebe-se que o Plano de Passa Quatro não sinaliza apontamentos em apenas 1 etapa, aquela referente à implementação

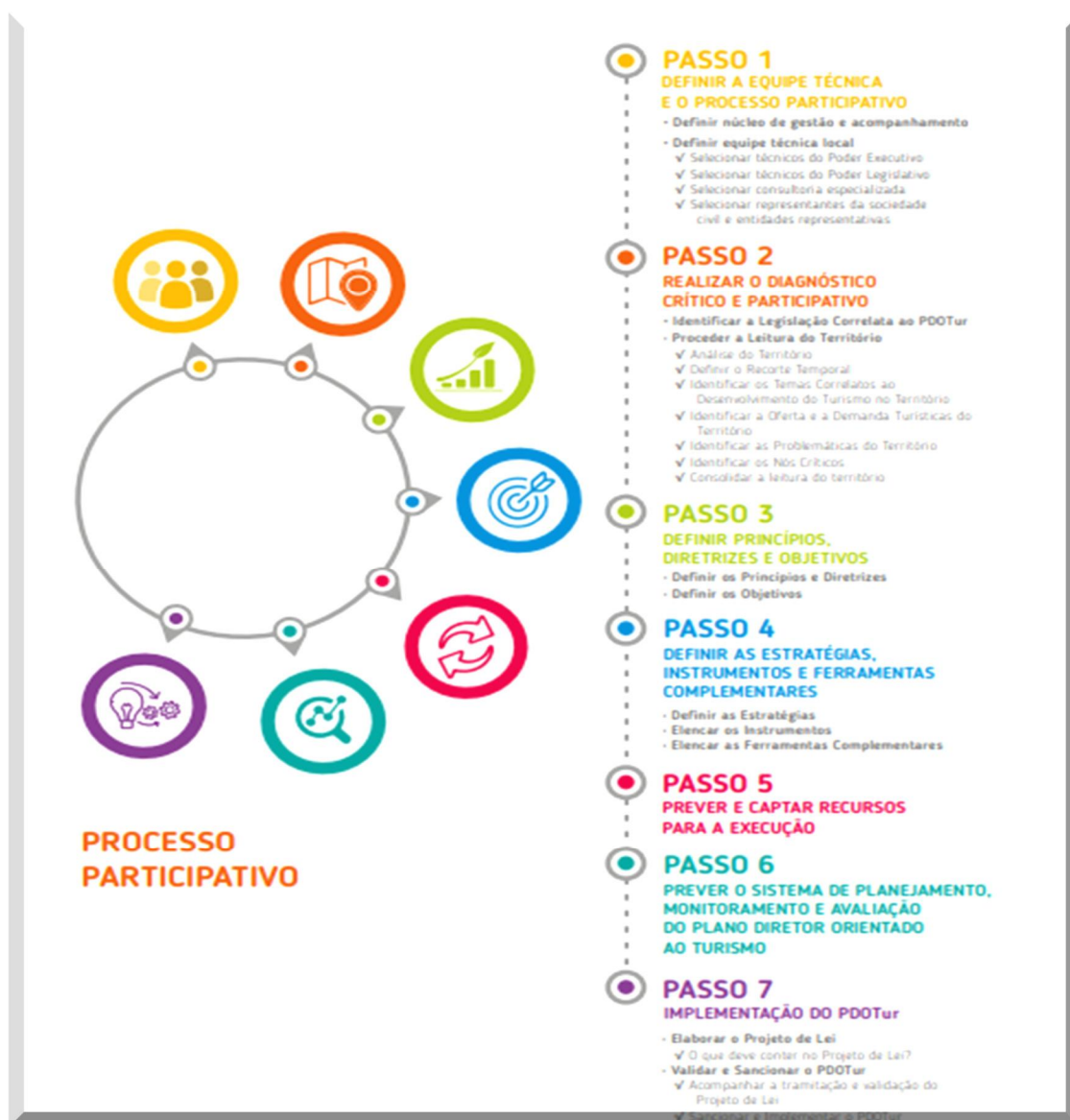
do Plano 2026-2029 por meio de um projeto de lei, mesmo que a maioria das outras atenda apenas de forma parcial.

Quadro 5 - Cumprimento de etapas do PDTur Passa Quatro (2026-2029)

Etapa prevista pelo Ministério do Turismo	PDTur Passa Quatro (2026-2029)
Definir e equipe técnica e o planejamento participativo	Sim
Realizar o diagnóstico crítico e participativo	Parcialmente
Definir princípios, diretrizes e objetivos	Parcialmente
Definir estratégias, instrumentos e ferramentas complementares	Parcialmente
Prever e captar recursos	Sim
Prever o sistema de planejamento, monitoramento e avaliação	Parcialmente
Implementação do PDTUR por meio de projeto de lei	Não

Elaborado pela autora (2026).

Figura 3 - Passos para a elaboração do PDTur



4.3. Diretrizes teóricas para o PDTUR de Passa Quatro

A análise do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029), à luz dos referenciais discutidos nos capítulos anteriores, permite sistematizar um conjunto de diretrizes teóricas que conferem sustentação conceitual e coerência metodológica ao documento. Tais diretrizes estruturam o plano como instrumento de política pública orientado ao desenvolvimento local sustentável, ultrapassando a dimensão meramente operacional das ações previstas. Contudo, embora o PDTUR apresente organização técnica consistente — com diagnóstico, planejamento estratégico, programas, linhas de ação, cronograma e definição de responsabilidades — observa-se que o documento não explicita de forma sistematizada sua fundamentação teórica. Em outras palavras, ainda que incorpore práticas alinhadas ao planejamento turístico contemporâneo, carece de uma explicitação conceitual que evidencie sua ancoragem nos referenciais acadêmicos consolidados da área.

Foi a partir dessa constatação, e do diálogo estabelecido com o referencial teórico desenvolvido ao longo do trabalho, que se identificou a necessidade de apresentar diretrizes teóricas estruturantes para o plano. Essas diretrizes não configuram acréscimos externos, mas a sistematização analítica de fundamentos já presentes, ainda que de forma implícita, na sua elaboração. Elas derivam diretamente dos quadros síntese construídos nos capítulos anteriores, que organizaram os aportes sobre planejamento turístico estruturante, abordagem sistêmica, governança territorial, sustentabilidade multidimensional e metodologia Plano–Programa–Projeto. Ao explicitar tais bases, o PDTUR passa a ser compreendido não apenas como instrumento técnico-administrativo, mas como política pública fundamentada teoricamente, fortalecendo sua legitimidade acadêmica, institucional e estratégica no contexto do desenvolvimento municipal sustentável.

4.4. Planejamento turístico como instrumento estruturante de política pública

Nesta etapa da pesquisa, retomam-se os eixos teóricos selecionados a partir do referencial sobre políticas públicas municipais de turismo, expressos no Quadro 1 (vide página 15) e os aplicam à análise do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029), conforme quadro a seguir.

Quadro 6 - Bases conceituais aplicadas ao PDTUR de Passa Quatro 2026-2029

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES	APLICAÇÃO NO PDTUR
Política	Sistema de Turismo (SISTUR) –	Beni (2007); plano municipal – Vieiras (2004).	Integração entre infraestrutura, serviços, meio ambiente e gestão pública; redução de ações fragmentadas; maior eficiência na alocação de recursos
Desenvolvimento centrado no território	Desenvolvimento local; endogeneidade; capital social –	Coriolano (2003); Senhoras e Cavalcante (2014)	Valorização das cadeias produtivas locais; fortalecimento da economia local; maior participação da comunidade e geração de benefícios distribuídos
Diretrizes estaduais de fomento	Políticas públicas de turismo; regionalização; ICMS Turismo –	Brasil (2026) (2023); ICMS Turismo (2026)	Acesso a recursos financeiros; institucionalização da gestão do turismo; alinhamento entre políticas municipais e estaduais; continuidade das ações

Elaborado pela autora (2026).

No eixo teórico ‘Política’, o planejamento turístico é compreendido como instrumento estruturante da política pública municipal. Fundamentado na concepção de planejamento turístico do Ministério do Turismo (2026; 2023), bem como nas contribuições de Coriolano (2017) e Ruschmann (1997; 2008), o planejamento deve orientar o desenvolvimento da atividade de forma organizada e estratégica, prevenindo processos de expansão desordenada. O entendimento do planejamento turístico como instrumento estruturante da política pública municipal pode ser observado na própria organização do PDTUR de Passa Quatro. O documento estabelece objetivos, programas e linhas de ação voltados à gestão e ao ordenamento da atividade turística, articulando diferentes atores institucionais e sociais no processo de planejamento. Exemplo disso é o Programa 3 – Governança, Regularização e Fomento, que prevê o fortalecimento institucional do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), a regulamentação de instrumentos financeiros como o FUMTUR e a formalização dos empreendimentos turísticos por meio do CADASTUR, evidenciando a operacionalização da política pública local de turismo.

Nesse sentido, a análise do PDTUR 2026-2029 evidencia a busca por integração sistêmica, conforme a perspectiva de Beni (2007; 2012), ao considerar simultaneamente diferentes componentes do sistema turístico. Essa integração torna-se evidente nas próprias variáveis de competitividade analisadas no diagnóstico, que articulam infraestrutura e serviços turísticos (como acesso rodoviário, transporte interno e sinalização turística), gestão e governança (estrutura financeira do COMTUR e FUMTUR e participação na IGR Águas), além de qualificação e atendimento ao turista, como a atuação do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e as capacitações do trade local. Dessa forma, o plano analisa de maneira conjunta elementos de infraestrutura, serviços, gestão institucional e articulação regional para orientar o desenvolvimento do turismo no município.

No eixo “Desenvolvimento centrado no território”, fundamentado nas contribuições de Coriolano (2003) e Senhoras e Cavalcante (2014), destaca-se a importância do desenvolvimento local, da endogeneidade e da mobilização do capital social como elementos estruturantes do planejamento turístico. No PDTUR de Passa Quatro, essa perspectiva pode ser observada em ações que buscam fortalecer a economia local e integrar atores do território. Exemplos disso aparecem no Programa 1 – Infraestrutura e Qualificação do Destino, que prevê a realização de cursos e oficinas de qualificação para os setores de hospedagem, alimentação e guias turísticos em parceria com instituições como SEBRAE e SENAC, contribuindo para a profissionalização do trade local. Além disso, o Programa 5 – Eventos propõe ações de valorização da identidade e da produção local, como o apoio à realização do Festival Passa Quatro Gastronomia e de outros eventos culturais do calendário municipal, que mobilizam empreendedores, produtores e a comunidade local. Contudo, embora o documento mencione a importância da governança e da participação social — inclusive por meio do fortalecimento do COMTUR no Programa 3 – Governança, Regularização e Fomento — há limitada explicitação de mecanismos que detalhem como a população participou diretamente da elaboração do plano ou como continuará participando do processo decisório.

Por fim, no eixo “Diretrizes estaduais de fomento”, o plano demonstra alinhamento com instrumentos institucionais das políticas públicas de turismo em âmbito estadual e nacional. Esse alinhamento pode ser observado nas seções que tratam da governança do turismo municipal, especialmente na manutenção do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), do Fundo Municipal de Turismo e do próprio Plano de Desenvolvimento do Turismo, instrumentos exigidos pela política estadual para participação no ICMS Turístico. Além disso, o documento prevê a captação de recursos e a articulação com programas e instituições de apoio ao turismo, bem como a integração do município às estratégias de desenvolvimento turístico do estado de

Minas Gerais. Esses elementos evidenciam a articulação entre o planejamento municipal e as diretrizes institucionais das políticas públicas de turismo, reforçando o papel do PDTUR como instrumento de coordenação e orientação das ações voltadas ao desenvolvimento turístico local.

Entretanto, observa-se também uma lacuna relevante no diagnóstico estratégico do plano. O município de Passa Quatro encontra-se classificado como Município Turístico no âmbito do Mapa do Turismo Brasileiro, categoria que representa o nível mais elevado de relevância turística na hierarquia estabelecida pela política nacional de regionalização do turismo. Apesar da importância institucional dessa classificação para o posicionamento do município no sistema nacional de gestão do turismo e para o acesso a políticas e programas de fomento, essa condição não foi explicitamente destacada entre os pontos fortes apresentados na análise estratégica do PDTUR, especialmente na seção do diagnóstico que apresenta a matriz SWOT/FOFA do turismo municipal, onde são listadas as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do destino. Embora o documento destaque aspectos como o patrimônio natural, a oferta de atrativos turísticos e o potencial para eventos, não há menção à condição de Município Turístico como ativo institucional. Tal ausência indica uma oportunidade de aprimoramento no reconhecimento dos ativos institucionais e estratégicos do município no contexto das políticas públicas de turismo.

De forma geral, a análise evidenciada no Quadro 5 demonstra que o PDTUR incorpora importantes fundamentos teóricos relacionados à organização sistêmica do turismo, ao fortalecimento da economia local e à articulação institucional das políticas públicas. Contudo, também revela pontos que podem ser aprimorados, especialmente no que se refere ao fortalecimento dos mecanismos de participação social e ao reconhecimento de atributos institucionais estratégicos do município. Dessa forma, o plano apresenta avanços na estruturação do planejamento turístico municipal, ao mesmo tempo em que evidencia oportunidades de aperfeiçoamento na consolidação de uma política pública de turismo mais integrada, participativa e alinhada aos referenciais teóricos do campo.

Apesar dos avanços identificados na estruturação do planejamento turístico municipal, é importante reconhecer que a efetivação do PDTUR como instrumento estruturante de política pública enfrenta limitações práticas, especialmente em municípios de pequeno porte. A restrição de recursos financeiros, a reduzida capacidade técnica das equipes municipais e a alta dependência de repasses externos — como o ICMS Turismo — podem comprometer a implementação integral das ações previstas. Além disso, a descontinuidade administrativa entre gestões e a sobrecarga de funções nos órgãos públicos locais tendem a dificultar a consolidação de um planejamento de longo prazo. Nesse sentido, ainda que o PDTUR se apresente como um

instrumento tecnicamente consistente, sua efetividade depende diretamente do fortalecimento institucional do município, da qualificação contínua dos gestores públicos e da criação de mecanismos que garantam a continuidade das ações planejadas para além dos ciclos políticos.

A partir destes parâmetros, retoma-se as etapas 1 e 2 propostas pelo Ministério do Turismo para a elaboração de Planos Diretores de Turismo, que marcam o papel do processo participativo, endógeno e da governança compartilhada, não só como um núcleo de acompanhamento e como representantes legítimos dos territórios, mas como indivíduos críticos essenciais à construção do diagnóstico turístico (Brasil, 2022).

4.5. Desenvolvimento local e endogeneidade como princípio orientador

A análise apresentada no Quadro 7 indica como os conceitos teóricos discutidos no referencial teórico, através do Quadro 2 (vide página 17), são incorporados na estrutura do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029).

Quadro 7 - Conceitos teóricos aplicados ao PDTUR de Passa Quatro

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES	APLICAÇÃO NO PDTUR
Planejamento Turístico	Planejamento como instrumento estruturante e de controle do desenvolvimento turístico	Ruschmann (1997; 2008); Coriolano (2017)	Organiza e orienta a gestão do turismo, evitando improvisos e impactos negativos.
Etapas do Planejamento	Diagnóstico, definição de objetivos, formulação de estratégias, implementação e monitoramento das ações	Oliveira; Camargo; Bueno (2014)	Organiza-se a partir do diagnóstico da realidade turística municipal, seguido da definição de diretrizes e objetivos estratégicos, estruturação de programas e linhas de ação, além da previsão de mecanismos de acompanhamento e avaliação
Planejamento Estratégico e Sustentabilidade	Visão de longo prazo, qualidade em detrimento da quantidade e respeito à vocação local	Ruschmann (2008); Coriolano (2017); Vieira (2024)	Direciona o PDTUR para a sustentabilidade e continuidade como política de Estado.
Instrumentos e metodologia de Planejamento	Articulação entre Plano, Programa e Projeto e etapas do planejamento	Oliveira; Camargo; Bueno (2014)	Estrutura metodologicamente as ações do PDTUR em níveis estratégicos e operacionais.

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES	APLICAÇÃO NO PDTUR
Planejamento Participativo e governança	Participação social, legitimidade e previsibilidade institucional	Holm (2017); Ferreira; Araújo (2024)	Fortalece a governança, reduz conflitos e amplia os impactos positivos do turismo.

Elaborado pela autora (2026).

A presente diretriz fundamenta-se na concepção de desenvolvimento local endógeno, conforme Coriolano (2003), Senhoras e Cavalcante (2014) e Dallabrida (2015), segundo a qual o turismo deve ser compreendido como vetor de dinamização econômica baseado nas vocações territoriais e nas capacidades locais. Nessa perspectiva, a análise do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029) evidencia elementos que dialogam com esse referencial teórico, especialmente no que se refere à valorização dos recursos locais identificados no diagnóstico estratégico. Entre os pontos fortes destacados na Matriz SWOT encontram-se a existência de patrimônio cultural preservado e reconhecido, a atuação de guias locais especializados e a presença da Polícia Militar de Minas Gerais sensibilizada para o atendimento ao turista, aspectos que podem contribuir para fortalecer as bases do desenvolvimento turístico local.

Da mesma forma, os pontos fracos identificados no diagnóstico, como a falta de qualificação e organização dos taxistas e o déficit de qualificação profissional do trade turístico, indicam desafios que, uma vez enfrentados, podem transformar-se em oportunidades de fortalecimento das capacidades locais. A superação dessas limitações tende a ampliar o protagonismo dos atores locais no desenvolvimento da atividade turística, contribuindo para consolidar processos de desenvolvimento mais autônomos e sustentáveis.

Aplicada ao contexto de Passa Quatro, essa diretriz implica valorizar os atrativos naturais associados à Serra da Mantiqueira, bem como o patrimônio histórico e cultural do município e as cadeias produtivas locais, como agricultura familiar, artesanato, gastronomia e pequenos empreendimentos turísticos.

O próprio objetivo geral do PDTUR demonstra alinhamento com a perspectiva da endogeneidade, ao direcionar o planejamento para a valorização do patrimônio natural, histórico e cultural do município, buscando fortalecer sua identidade territorial e ampliar os benefícios econômicos gerados pela atividade turística.

Nesse sentido, o plano assume uma função indutora do empreendedorismo local, da qualificação da mão de obra e da integração entre o turismo e outros setores da economia

municipal. Essa função pode ser observada especialmente nos programas voltados à qualificação e ao fortalecimento do trade turístico, como nas ações que preveem oferta de cursos, capacitações e parcerias com instituições de apoio empresarial (como SEBRAE e SENAC) para qualificação de empreendedores, gestores e trabalhadores do setor turístico. Além disso, o plano também propõe ações de estímulo à realização de eventos e à valorização da produção local, favorecendo a articulação entre turismo, gastronomia, cultura e comércio, o que contribui para ampliar os efeitos multiplicadores da atividade turística na economia municipal. Além disso, o documento prevê mecanismos de monitoramento, acompanhamento e avaliação na etapa de gestão e implementação do plano, quando estabelece a necessidade de acompanhar a execução das ações previstas nos programas, monitorar indicadores e realizar revisões periódicas do planejamento com participação das instâncias de governança do turismo, como o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Esse procedimento reforça a dimensão estratégica do planejamento e contribui para o aprimoramento contínuo das políticas públicas de turismo no município.

Associando esse eixo teórico e seus conceitos às etapas de um Plano Diretor de Turismo, previstas pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2022), verifica-se consonância entre o PDTUR Passa Quatro 2026-2029 com a etapa 3 que prevê o estabelecimento de objetivos. Neste caso, destaca-se que os objetivos e a Matriz SWOT fundamentam-se em aspectos que gerarão linhas de ação em prol da população local.

Embora o PDTUR valorize o desenvolvimento local e a endogeneidade como princípios orientadores, sua concretização no território apresenta desafios significativos. Em municípios de pequeno porte, como Passa Quatro, a base econômica local nem sempre possui grau suficiente de organização, qualificação ou diversificação para sustentar, de forma autônoma, as cadeias produtivas do turismo. A dependência de agentes externos, a limitação de acesso a crédito e a baixa capacidade de inovação dos pequenos empreendimentos podem restringir o potencial de internalização dos benefícios econômicos da atividade turística. Além disso, a mobilização efetiva do capital social exige processos contínuos de engajamento e capacitação da comunidade, o que nem sempre se mantém ao longo do tempo. Dessa forma, observa-se que, embora o princípio da endogeneidade seja conceitualmente central, sua operacionalização demanda políticas complementares de fortalecimento produtivo, apoio ao empreendedorismo local e articulação institucional mais robusta.

As discussões deste tópico também remeteram ao programa 4 do plano de Passa Quatro que associa sustentabilidade, inovação e monitoramento, então, mesmo que parcialmente se

refere à etapa 6 para a elaboração de construção de Plano Diretor de Turismo, previstas pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2022).

4.6. Governança participativa e institucionalização da política pública

A aplicação dos fundamentos da governança no contexto do PDTUR de Passa Quatro evidencia a tradução do referencial teórico (Quadro 3, página 19) em mecanismos concretos de gestão pública do turismo. Conforme sintetizado no Quadro 7, os princípios de governança territorial, arranjos institucionais, participação social e articulação regional materializam-se no fortalecimento do COMTUR como instância deliberativa, na realização de processos participativos para definição das ações do plano, na integração com a Instância de Governança Regional (IGR Águas) e no alinhamento às políticas estaduais, como o ICMS Turístico. Dessa forma, o plano deixa de ser apenas um instrumento técnico e passa a atuar como um mecanismo de coordenação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, contribuindo para a institucionalização e continuidade da política pública de turismo no município.

Quadro 8 - Fundamentos da Governança no Planejamento Turístico Municipal aplicados ao PDTUR de Passa Quatro

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES	APLICAÇÃO NO PDTUR
Governança Territorial	Coordenação de atores públicos, privados e sociais por meio de cooperação institucional para o desenvolvimento territorial.	Dos Santos <i>et al.</i> (2022); Dallabrida (2015)	O PDTUR deve funcionar como instrumento articulador de interesses locais, promovendo convergência entre gestão pública, iniciativa privada e sociedade civil.
Arranjos Institucionais	Estruturas formais de deliberação e coordenação que garantem legitimidade e continuidade das políticas públicas.	Endres; Pakman (2019)	Fortalecimento do COMTUR como instância deliberativa ativa, assegurando institucionalização das decisões e redução da descontinuidade administrativa.
Participação Social Plural	Inclusão efetiva da comunidade e stakeholders nos processos decisórios, superando participação meramente formal.	Feger <i>et al.</i> (2024); Holm (2017)	Realização de oficinas participativas, audiências públicas e grupos de trabalho para construção coletiva das diretrizes e ações do plano.
Articulação Regional	Integração entre governança local e Instâncias de Governança Regional (IGRs) para	Dallabrida (2015); SECULT-MG (2023)	Alinhamento do PDTUR às estratégias regionais e às exigências do ICMS Turismo, fortalecendo

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES	APLICAÇÃO NO PDTUR
	ampliação da competitividade e captação de recursos.		inserção no Circuito Turístico das Águas.
Governança como Condição de Sustentabilidade	Participação e institucionalização como bases éticas e operacionais do desenvolvimento turístico sustentável.	Dallabrida (2015); Endres; Pakman (2019)	O PDTUR deixa de ser instrumento burocrático e consolida-se como política pública estruturante de desenvolvimento local sustentável.

Elaborado pela autora (2026).

A presente diretriz teórica refere-se à governança territorial e à participação social como fundamentos da legitimidade e da eficácia do planejamento turístico. Conforme discutido por Dallabrida (2015) e Endres e Pakman (2019), a consolidação de políticas públicas sustentáveis depende da existência de arranjos institucionais estáveis, capazes de articular diferentes atores e promover processos decisórios participativos e permanentes.

No contexto do PDTUR de Passa Quatro (2026–2029), essa diretriz se materializa em mecanismos institucionais e em linhas de ação previstas no plano, conforme sintetizado no Quadro 7. Entre esses instrumentos destaca-se o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) como instância consultiva e deliberativa da política municipal de turismo. Essa orientação aparece no Programa 3 do PDTUR, voltado à governança do turismo, que prevê ações de fortalecimento institucional do COMTUR, incluindo sua participação no acompanhamento da execução do plano, no apoio à definição de prioridades estratégicas e na ampliação da participação da sociedade civil e do setor empresarial nas decisões relacionadas ao desenvolvimento turístico do município. Dessa forma, o plano reforça o papel do conselho como espaço de articulação entre poder público, iniciativa privada e comunidade local na condução da política municipal de turismo.

Outra dimensão importante refere-se à operacionalização do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), previsto como instrumento de apoio financeiro às ações prioritárias do planejamento turístico. No PDTUR de Passa Quatro (2026–2029), esse instrumento aparece nas seções que tratam da governança e da estrutura institucional da gestão do turismo, nas quais o plano destaca a existência do Fundo Municipal de Turismo como mecanismo destinado à captação e aplicação de recursos voltados ao desenvolvimento do setor, permitindo financiar iniciativas relacionadas à qualificação da infraestrutura turística, à promoção do destino e à valorização do patrimônio cultural e natural do município. Nesse sentido, o documento também prevê ações de fortalecimento da gestão institucional do turismo, incluindo a manutenção da

regularidade do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), a transparência na gestão dos recursos do fundo e o acompanhamento das ações planejadas, reforçando o papel desses instrumentos na sustentação financeira e administrativa da política municipal de turismo.

A governança territorial também se expressa na articulação regional com a Instância de Governança Regional (IGR Águas), da qual Passa Quatro faz parte. O plano reconhece a importância da integração regional para a promoção turística, a estruturação de roteiros integrados e o alinhamento às políticas estaduais de turismo, especialmente aquelas vinculadas aos critérios de participação no ICMS Turístico de Minas Gerais. Dessa forma, o município busca ampliar sua inserção em redes de cooperação territorial, fortalecendo estratégias conjuntas de promoção e desenvolvimento turístico.

No que se refere à governança participativa, embora o PDTUR reconheça a importância da institucionalização e da atuação de instâncias como o COMTUR, é necessário considerar os limites concretos da participação social em contextos locais. Em muitos casos, a participação tende a se concentrar em um grupo restrito de atores mais engajados ou diretamente vinculados ao setor turístico, o que pode limitar a diversidade de representações e a inclusão de segmentos mais vulneráveis da população. Além disso, a participação, quando não acompanhada de capacitação técnica e acesso à informação qualificada, pode assumir caráter mais consultivo do que deliberativo. Soma-se a isso a dificuldade de manutenção do engajamento contínuo da sociedade civil ao longo do tempo, especialmente diante de resultados que nem sempre são imediatos. Assim, a consolidação de uma governança efetivamente participativa depende não apenas da existência de instâncias formais, mas do fortalecimento de processos educativos, da transparência institucional e da construção de uma cultura participativa no âmbito local.

Por fim, o processo de participação social na elaboração e implementação do PDTUR, envolvendo representantes do poder público, iniciativa privada e comunidade local, constitui elemento central para a legitimidade do planejamento. A realização de reuniões, consultas e debates no âmbito do COMTUR e de outros espaços institucionais contribui para reduzir conflitos, ampliar o comprometimento dos atores locais e favorecer a continuidade das ações planejadas ao longo das diferentes gestões municipais. Assim, o PDTUR consolida-se como um instrumento de coordenação da política pública de turismo, orientado pelos princípios da governança participativa e do desenvolvimento territorial sustentável.

4.7. Sustentabilidade multidimensional como eixo transversal

O Quadro 8 apresenta a forma como os fundamentos teóricos da sustentabilidade, sintetizados anteriormente no Quadro 4 (vide página 22), são incorporados e operacionalizados

no PDTUR de Passa Quatro. A partir dessa articulação, a sustentabilidade multidimensional é tratada como eixo transversal do planejamento turístico municipal, orientando diretrizes que integram conservação ambiental, valorização cultural, desenvolvimento econômico local e gestão territorial responsável.

Quadro 8 - Fundamentos teóricos da sustentabilidade aplicadas ao PDTUR de Passa Quatro

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES	APLICAÇÃO NO PDTUR
Sustentabilidade no Turismo	Atendimento às necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras; equilíbrio entre proteção ambiental, viabilidade econômica e respeito sociocultural	OMT (2003)	Diretrizes que assegurem conservação ambiental, valorização cultural e continuidade da atividade turística no longo prazo.
Sustentabilidade Multidimensional	Integração das dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural do desenvolvimento	Sachs (2008)	Formulação de ações que contemplem geração de emprego, uso racional dos recursos naturais, ordenamento territorial e valorização da identidade local.
Desenvolvimento Local Sustentável	Planejamento estratégico orientado por capacidades locais, participação social e fortalecimento institucional	Buarque (2008)	Integração do PDTUR às demais políticas públicas municipais, fortalecimento institucional e promoção de arranjos produtivos locais.
Prudência Ecológica e Capacidade de Carga	Crescimento moderado por limites ambientais e infraestrutura adequada	Sachs (2008)	Definição de parâmetros para saneamento, gestão de resíduos, proteção de mananciais e controle do uso turístico do território.
Sustentabilidade Econômica e Distribuição de Benefícios	Retenção de renda no território e fortalecimento das cadeias produtivas locais	OMT (2003); Buarque (2008)	Incentivo ao empreendedorismo local, agricultura familiar, artesanato e serviços turísticos comunitários, evitando evasão de divisas.
Paisagem, Natureza e Identidade Territorial	Valorização da paisagem natural como elemento estruturante da identidade regional e necessidade de uso prudente dos recursos naturais	Auguste de Saint-Hilaire (1975)	Reconhecimento da paisagem como ativo estratégico do turismo local, reforçando políticas de conservação ambiental, educação patrimonial e planejamento

EIXO TEÓRICO	CONCEITO CENTRAL	AUTORES	APLICAÇÃO NO PDTUR
			territorial voltado à proteção dos recursos naturais.

Elaborado pela autora (2026).

No plano, essa abordagem se expressa na definição de ações voltadas à preservação dos recursos naturais, à proteção das paisagens e mananciais, à valorização da identidade cultural e ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, como o artesanato, a agricultura familiar e os serviços turísticos. Esses elementos aparecem principalmente nos programas voltados à estruturação e ao ordenamento do destino turístico, nos quais o PDTUR estabelece ações relacionadas à organização do uso dos atrativos naturais, à qualificação da infraestrutura turística e à orientação da visitação em áreas de interesse ambiental. Além disso, o plano incorpora parâmetros de gestão territorial ao propor o planejamento e a gestão dos atrativos turísticos, a melhoria da sinalização e da infraestrutura de apoio ao visitante e a articulação com instrumentos municipais de gestão do território, buscando equilibrar o uso turístico dos recursos naturais com a capacidade de suporte do destino. Dessa forma, o PDTUR estrutura um conjunto de estratégias que articulam sustentabilidade ambiental, inclusão socioprodutiva e valorização do patrimônio territorial, reforçando o turismo como instrumento de desenvolvimento local sustentável no município.

Esta diretriz fundamenta-se na concepção de sustentabilidade multidimensional, conforme proposta por Ignacy Sachs (2008) e nas orientações da Organização Mundial do Turismo (2003), segundo as quais o desenvolvimento turístico deve articular de forma equilibrada as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e territorial. Nesse sentido, a sustentabilidade é incorporada ao planejamento turístico municipal como princípio orientador das estratégias de desenvolvimento e da gestão do território.

No PDTUR de Passa Quatro (2026–2029), essa diretriz se materializa em um conjunto de ações e programas voltados à conservação ambiental, ao ordenamento do uso turístico e à valorização do patrimônio territorial, conforme sintetizado no Quadro 8. Entre essas iniciativas destacam-se diretrizes voltadas à proteção dos recursos naturais, incluindo a preservação de áreas de interesse ambiental, o cuidado com mananciais e a definição de parâmetros de gestão que considerem a capacidade de suporte dos atrativos naturais do município, especialmente aqueles associados às paisagens serranas e às áreas de natureza que estruturam a oferta turística local.

No campo do ordenamento territorial, o plano prevê ações de organização e qualificação do uso turístico do espaço municipal, buscando compatibilizar a expansão das atividades turísticas com a conservação ambiental e o planejamento urbano. Essa perspectiva também se articula às políticas de educação ambiental e de gestão do patrimônio natural, reconhecendo a paisagem como elemento central da identidade territorial e como ativo estratégico para o turismo.

A sustentabilidade multidimensional também se expressa na valorização da identidade cultural e da memória local, por meio de ações de incentivo a eventos culturais, valorização do patrimônio histórico e estímulo à produção artesanal e às manifestações culturais tradicionais. Tais iniciativas contribuem para fortalecer a identidade do destino e ampliar a participação da comunidade na dinâmica turística.

No âmbito econômico e social, o PDTUR propõe ações voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, incentivando o empreendedorismo, a qualificação de serviços turísticos e a integração entre turismo, agricultura familiar, gastronomia e artesanato. Essas estratégias buscam ampliar a geração de emprego e renda no território, reduzindo processos de evasão econômica e estimulando a circulação de recursos no próprio município.

Apesar de a sustentabilidade multidimensional estar presente como eixo orientador do planejamento turístico, sua implementação prática revela desafios estruturais importantes, sobretudo em municípios de menor porte. A conciliação entre crescimento da atividade turística e preservação ambiental exige investimentos contínuos em infraestrutura, como saneamento básico, gestão de resíduos e ordenamento territorial, que muitas vezes ultrapassam a capacidade financeira e administrativa local. Além disso, o monitoramento de impactos socioambientais e a definição de limites de uso — como a capacidade de carga dos atrativos — demandam suporte técnico especializado, nem sempre disponível na estrutura municipal. Há ainda o risco de que a busca por dinamização econômica leve à flexibilização de critérios ambientais ou culturais, comprometendo a sustentabilidade no longo prazo. Nesse contexto, evidencia-se que a efetivação da sustentabilidade como prática depende do fortalecimento da capacidade estatal, da integração com políticas públicas intersetoriais e do acesso a instrumentos técnicos e financeiros adequados.

Por fim, a diretriz de sustentabilidade também se relaciona ao fortalecimento institucional da gestão pública do turismo, com ações de aprimoramento da governança, monitoramento das políticas públicas e integração do planejamento turístico às demais políticas municipais. Dessa forma, a sustentabilidade deixa de ser apenas um princípio normativo e passa a orientar decisões concretas no âmbito do PDTUR, influenciando a definição de prioridades

de investimento, o apoio a iniciativas locais e a estruturação de políticas voltadas ao desenvolvimento turístico sustentável de Passa Quatro.

4.8. Planejamento estratégico articulado em Plano–Programa–Projeto

Outro fundamento analítico adotado no PDTUR baseia-se na estrutura metodológica proposta por Oliveira, Camargo e Bueno (2014), segundo a qual o planejamento deve organizar-se em níveis articulados: Plano (estratégico), Programa (tático) e Projeto (operacional).

O PDTUR de Passa Quatro apresenta essa lógica ao estabelecer diretrizes estratégicas desdobradas em programas estruturantes e ações específicas com cronograma e matriz de responsabilidades. Essa organização garante:

- coerência interna entre objetivos e ações;
- racionalidade na alocação de recursos;
- possibilidade de monitoramento e avaliação;
- maior efetividade na implementação.

A presença de instrumentos como análise SWOT e matriz GUT demonstra alinhamento metodológico com práticas de planejamento estratégico aplicadas à gestão pública.

4.9. Alinhamento às políticas estadual e nacional de turismo

Por fim, destaca-se como diretriz a necessidade de alinhamento vertical do planejamento municipal às políticas públicas estadual e federal. O enquadramento no Mapa do Turismo Brasileiro e o atendimento aos critérios do ICMS Turismo reforçam a importância da institucionalização e da regularidade administrativa.

O PDTUR deve dialogar de forma direta com o Plano Nacional de Turismo 2024–2027 e com as diretrizes da política estadual de turismo de Minas Gerais, assegurando inserção regional competitiva e acesso a fontes de financiamento.

No âmbito nacional, destacam-se diretrizes como o fortalecimento da regionalização do turismo, a qualificação da oferta turística, a promoção da sustentabilidade e a inovação na gestão de destinos, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Turismo (Brasil, 2023).

No contexto estadual, o alinhamento com as diretrizes da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais evidencia-se na exigência de instrumentos de gestão como o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e o próprio PDTUR como condicionantes para o acesso ao ICMS Turismo, além da integração às Instâncias de Governança Regional (IGRs).

Nesse sentido, o PDTUR de Passa Quatro estabelece relação direta com essas diretrizes ao prever ações de fortalecimento da governança local, qualificação do trade turístico, promoção do destino e integração regional, especialmente no âmbito da IGR Águas. Esse alinhamento fortalece a capacidade institucional do município, amplia sua inserção estratégica no cenário turístico mineiro e contribui para a consolidação de um modelo de desenvolvimento turístico articulado entre as diferentes escalas de política pública.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo partiu do reconhecimento de que o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029) constitui um importante instrumento de planejamento e organização das políticas públicas de turismo no âmbito local, porém apresenta lacunas na explicitação de suas bases conceituais. Nesse contexto, a pesquisa buscou contribuir para o fortalecimento teórico do plano, compreendendo que o planejamento turístico municipal deve ser orientado por referenciais científicos capazes de articular turismo, desenvolvimento local, governança, participação social e sustentabilidade.

A análise do referencial teórico permitiu identificar um conjunto de conceitos fundamentais para a compreensão do planejamento e da gestão pública do turismo no âmbito municipal. Destacam-se, entre eles, a abordagem sistêmica do turismo proposta por Beni (2007); o planejamento turístico estruturante discutido por Ruschmann (1997; 2008) e Coriolano (2017); o desenvolvimento local endógeno e desenvolvimento territorial discutidos principalmente por Holm (2017), Ferreira; Araújo (2024); a governança participativa e os arranjos institucionais destacando os autores Dos Santos *et al.* (2022), Dallabrida (2015) e Endres, Pakman (2019); e, por fim, sustentabilidade no planejamento turístico discutidos por Sachs (2008) e Buarque (2008).

A correlação entre os referenciais teóricos identificados e a estrutura do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029) é desenvolvida no Capítulo 4 do trabalho, no qual se estabelece o diálogo entre teoria e documento institucional. Nessa etapa, foram examinadas as seções que compõem o PDTUR — diagnóstico turístico, definição de objetivos, programas e linhas de ação, cronograma, matriz de responsabilidades e mecanismos de financiamento. A análise demonstra que o plano incorpora etapas clássicas do planejamento estratégico, como diagnóstico, definição de objetivos e formulação de programas e projetos, além de mecanismos de implementação e monitoramento. Também se identificam

elementos relacionados à governança participativa, à articulação regional com a Instância de Governança Regional (IGR Águas) e ao alinhamento com políticas públicas estaduais e nacionais, especialmente no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo e dos critérios do ICMS Turismo. Essa correlação foi apresentada de forma sintética nos quadros analíticos da seção de análise, especialmente no Quadro 7, que demonstra como os conceitos teóricos se manifestam em diretrizes e na estruturação do PDTUR.

Contudo, a análise evidencia que, embora tais fundamentos estejam presentes na estrutura e nas diretrizes do plano, sua fundamentação conceitual não é explicitada de forma sistemática no documento, indicando a necessidade de um vínculo teórico mais consistente que fortaleça a coerência entre diagnóstico, diretrizes estratégicas e ações propostas. Essa lacuna não deve ser compreendida apenas como uma fragilidade pontual do PDTUR de Passa Quatro, mas como reflexo de desafios estruturais enfrentados por muitos municípios de pequeno porte na formulação e implementação de políticas públicas de turismo. A complexidade inerente ao planejamento turístico, que exige articulação entre múltiplas dimensões — técnica, institucional, territorial e participativa — frequentemente ultrapassa a capacidade operacional das administrações locais, especialmente diante de equipes reduzidas, limitações de qualificação técnica e acúmulo de funções nos órgãos gestores.

A partir da análise teórico-documental realizada, foi possível propor diretrizes voltadas ao aprimoramento da gestão pública municipal do turismo em Passa Quatro. Essas proposições decorrem da interpretação dos resultados apresentados nos quadros analíticos e nas subseções da análise, especialmente nas seções que discutem a relação entre planejamento turístico, governança e desenvolvimento territorial.

As proposições concentram-se principalmente em três dimensões complementares: (1) o fortalecimento da governança participativa, com ampliação dos mecanismos de participação social e do papel deliberativo do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), conforme discutido nas seções que analisam os arranjos institucionais do turismo municipal; (2) a valorização do desenvolvimento local endógeno, por meio do estímulo às cadeias produtivas locais, à qualificação da mão de obra e ao empreendedorismo comunitário, conforme discutido nas seções dedicadas ao desenvolvimento territorial; e (3) a consolidação da sustentabilidade como eixo transversal do planejamento turístico, integrando políticas de conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento econômico local, conforme discutido no capítulo dedicado à sustentabilidade. Adicionalmente, destaca-se a importância de explicitar, no próprio documento do PDTUR, os fundamentos conceituais que orientam suas diretrizes e

programas, fortalecendo a consistência técnica do plano e contribuindo para sua continuidade como política pública estruturante do turismo municipal.

Diante do percurso analítico desenvolvido, conclui-se que a proposição de diretrizes teóricas para a fundamentação do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029) contribui para ampliar a compreensão do plano como instrumento estratégico de gestão pública. A incorporação explícita de referenciais relacionados ao planejamento turístico estruturante, ao desenvolvimento local, à governança participativa e à sustentabilidade multidimensional permite superar a concepção do PDTUR como documento meramente técnico-operacional, conferindo-lhe maior densidade conceitual e capacidade orientadora para a política pública municipal de turismo. Nesse sentido, o plano passa a ser compreendido como ferramenta estratégica de desenvolvimento territorial, capaz de articular atores institucionais, recursos locais e políticas públicas em torno de uma visão de longo prazo para o turismo no município. Assim, ao integrar fundamentos teóricos consolidados com a realidade institucional e territorial de Passa Quatro, o PDTUR fortalece seu papel como instrumento de planejamento público voltado à promoção de um desenvolvimento turístico sustentável, participativo e alinhado às diretrizes contemporâneas da gestão pública do turismo.

Apesar das contribuições apresentadas, a pesquisa também apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. O estudo concentrou-se predominantemente na análise teórico-documental do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Passa Quatro (PDTUR 2026–2029), sem a realização de investigação empírica aprofundada junto aos atores locais envolvidos na gestão do turismo, como gestores públicos, representantes do Conselho Municipal de Turismo, empresários do setor e comunidade local. Dessa forma, as interpretações desenvolvidas baseiam-se principalmente na análise do documento institucional e na literatura especializada, não contemplando de forma direta as percepções, práticas e dinâmicas institucionais que influenciam a implementação do planejamento turístico no município.

Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras avancem na investigação empírica do processo de implementação do PDTUR, analisando a atuação dos diferentes atores envolvidos na governança do turismo local, bem como os impactos das diretrizes e programas previstos no plano sobre o desenvolvimento turístico do município. Estudos que utilizem métodos qualitativos, como entrevistas, grupos focais e observação institucional, poderão contribuir para aprofundar a compreensão sobre os desafios da gestão pública do turismo em escala municipal. Além disso, investigações comparativas com outros municípios inseridos no contexto do Programa de Regionalização do Turismo e das instâncias de governança regional

poderão ampliar o entendimento sobre diferentes modelos de planejamento e gestão turística no âmbito local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BINFARE, Paula Wabner; SONAGLIO, Kerlei Eniele; *et al.* **Políticas públicas e turismo: reflexões sobre planejamento e desenvolvimento turístico**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 2015.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2012.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro e categorização dos municípios**. Brasília: Ministério do Turismo, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo e Sustentabilidade: orientações para o planejamento participativo**. Brasília: MTur, 2018.

BRASIL. **Portaria n. 1, de 30 de janeiro de 2026. Dispõe sobre matérias relacionadas ao turismo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 30 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2026/portaria-mtur-no-1-de-30-de-janeiro-de-2026>. Acesso em: 24/02/2026

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2024–2027**. Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/plano-diretor-orientado-ao-turismo/cartilha_de_plano_diretor_orientado_ao_turismo_versao_final_01-05-2022-sem-logomarca-1.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 2008.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Turismo e desenvolvimento local**. Fortaleza: EdUECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Turismo, território e desenvolvimento local: reflexões críticas**. São Paulo: Contexto, 2017.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: políticas e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

DOS SANTOS, João Ricardo *et al.* **Governança e políticas públicas de turismo: arranjos institucionais e desenvolvimento territorial**. Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2022.

ENDRES, Ana Valéria; PAKMAN, Elena. **Governança e gestão pública do turismo: participação, descentralização e arranjos institucionais**. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 247-263, 2019.

FEGGER, José Eduardo *et al.* **Governança e participação social no turismo: desafios para a gestão compartilhada dos destinos**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 18, n. 1, 2024.

FERREIRA, L. S.; ARAÚJO, M. A. **Planejamento participativo e sustentabilidade no turismo: desafios e perspectivas para o desenvolvimento territorial**. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 17, n. 1, 2024.

Fundação João Pinheiro. **Plano de Desenvolvimento do Turismo de Minas Gerais – PDTUR 2021–2027**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995a.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995b.

HANAI, Frederico Yuri; ESPÍNDOLA, Evaldo Luiz Gaeta. **Programa de sensibilização sustentável do turismo: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais**. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 4-24, 2011

HOLM, C.; *et al.* **Planejamento participativo do turismo: princípios, desafios e práticas sociais**. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, v. 9, n. 3, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Passa Quatro – MG**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passa-quatro>. Acesso em: 22 fev. 2026.

LENZ, Ana Maria. **Turismo e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **ICMS Turismo: habilitação dos municípios**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2026. Disponível em: <https://www.icmsturismo.mg.gov.br/default/habilitar>. Acesso em: 22 fev. 2026

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **Instâncias de Governança Regional (IGRs) reconhecidas no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SECULT-MG, 2023. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **Política Estadual de Turismo e Programa de Regionalização do Turismo em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.mg.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. **Deliberação Normativa e critérios de pontuação do ICMS Turismo..** Belo Horizonte: SECULT MG, 2023.

OLIVEIRA, A. P.; CAMARGO, A. L.; BUENO, M. P. **Planejamento participativo aplicado ao turismo sustentável**. Revista Turismo e Sociedade, v. 7, n. 2, 2014.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PASSA QUATRO (MG). Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico – PDTUR 2026–2029**. Passa Quatro: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2025.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 179–195, nov. 2001.

PIMENTEL, Thiago; PIMENTEL, Mariana. **Governança e regionalização do turismo no Brasil: avanços, desafios e perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Planejamento e ordenamento do turismo**. São Paulo: Aleph, 1997.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papirus, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975

SENHORAS, Elói Martins; CAVALCANTE, Jordana de Souza. **Turismo e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno.** Boa Vista, R.R.: IOLE, 2014.

SETTE, Ricardo de Souza *et al.* **Circuitos turísticos de Minas Gerais: regionalização e gestão do turismo.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, 2014.

SILVA, Christian Luiz da; MIRANDA, Eduardo. **Planejamento e gestão do turismo.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

VIEIRA, Eurico. **Turismo: planejamento estratégico e políticas públicas.** São Paulo: Cengage Learning, 2004.

VIEIRA, Eurico. **Planejamento e gestão do turismo: políticas públicas e desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Senac São Paulo, 2024.